

AÇÕES DO PSICOPEDAGOGO JUNTO A ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Andreia Andrade Ribeiro

RESUMO

Este artigo irá abordar as dificuldades que as crianças com Síndrome de Down encontram ao ingressar em escolas de ensino regular. O educador precisa estar atento para entender as necessidades especiais dessa criança, pois muitos problemas de saúde podem afetar a aprendizagem. A escola não deve se prender em limitações da criança portadora de Síndrome de Down, mas sim adequar as atividades, para que todos possam participar de maneira igualitária. Os problemas de saúde fazem parte de sua constituição como pessoa, por isso grande parte deles serão descritos na primeira parte desse trabalho. A seguir apontarei a importância da educação e da integração, pois é preciso que todos que têm contato com esta criança trabalhem juntos, de forma a gerar a inserção social, à qual todos temos direito. A educação é um processo importante para a criança Down, pois vai lhe permitir obter autonomia, conseguindo se integrar aos círculos sociais dos quais faz parte. Muitas medidas devem ser tomadas para que ocorra a integração e o psicopedagogo tem um papel primordial, pois é esse profissional que vai planejar estratégias rumo ao desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Psicopedagogia Institucional, Inclusão, Síndrome de Down.

ABSTRACT

This article will address the difficulties that children with Down syndrome are to join mainstream schools. The teacher needs to be aware to understand the special needs of this child, for many health problems can affect learning. The school should not be caught in limitations of children with Down syndrome, but adapt activities so that everyone can participate equitably. Health problems are part of its constitution as a person, so most of them will be described in the first part of this work. Then point out the importance of education and integration, it is necessary that all who come into contact with this child work together to generate social inclusion, to which we are all entitled. Education is an important process for the Down child; it will allow you to get autonomy, managing to integrate the social circles of which it is part. Many steps must be taken for integration to occur and the educational psychologist has a key role, as it is this professional who will devise strategies towards the integral development.

Keywords: Institutional Psychopedagogy, Inclusion, Down Syndrome.

Introdução

O educador de hoje precisa estar atento aos seus alunos. Com a inclusão, os portadores de Síndrome de Down, que antes tinham um ensino em ambientes específicos onde atuavam pessoas da área da saúde, hoje, pela lei devem receber atendimento educacional com igualdade de condições, sendo amparados em suas necessidades.

A Síndrome de Down é causada por uma alteração genética nos cromossomos que acarreta ao portador aspectos físicos e mentais característicos. A criança Down tem o desenvolvimento mais lento e é grande a incidência de retardo mental. A criança com Síndrome de Down pode apresentar diversos problemas de saúde e as características próprias podem diferir de pessoa para pessoa.

Os aspectos clínicos, como os problemas cardíacos ou intestinais, precisam de atenção especial. As crianças Down podem ainda desenvolver obesidade, doenças infecciosas, doença nas gengivas, desordens compulsivas, apneia do sono, deficiências visuais, problemas nos ossos, alterações na tireoide, luxação no quadril, problemas ortopédicos, que merecem atenção por parte do professor, para o bem estar da criança. Oitenta a noventa por cento delas possui problemas auditivos e, em torno de 40% de crianças, problemas cardíacos congênitos.

Algumas características podem ajudar a reconhecer uma criança Down. Aa cabeça costuma ser menor em relação a outras crianças, sendo achatada atrás. O contorno facial é geralmente achatado, porque os ossos do rosto são poucos desenvolvidos, tendo o osso do nariz fundo, o que faz o nariz ser pequeno e muitas vezes possuir canais estreitos. As orelhas são pequenas e, em sua borda superior, pode ser dobrada, os canais auditivos são afunilados. A boca é menor e por causa do tônus pode ficar entreaberta, facilitando que a língua se projete. As pálpebras são inclinadas, parecidas com a dos asiáticos, do povo da Mongólia, por isso antigamente eram chamados de mongóis, porém esse termo é retrogrado e não deve ser utilizado por ser pejorativo.

Cerca de 90% das crianças nasce com hérnia umbilical que, depois do crescimento, volta ao lugar. Mãos e pés são pequenos e o quinto dedo apresenta curvatura. Em metade dos portadores de Down, apenas uma dobra é vista na palma da mão. Podem ter pés chatos, pois seus tendões são mais flexíveis. Têm pouca força muscular e falta de coordenação, o que pode melhorar com o crescimento.

O céu da boca é mais estreito e os dentes de leite têm a tendência demorar a nascer. Os dentes podem ter um formato fora do padrão, assim como também podem não nascer. Com a

mandíbula pequena, ocorre o acavalamiento dos dentes. A incidência de cáries é pequena. A pele é sensível, principalmente ao frio. O pescoço é mais frondoso e, ao nascer, tem dobras que podem vir a sumir depois do crescimento. O tórax pode apresentar deformidades. A língua tem estrias e é grossa, protuberante.

Quando a criança nasce com problemas no coração, pode apresentar o peito mais alto no lado esquerdo, assim como ter problemas pulmonares que podem levar à pneumonia. Nunca é demais conhecer as especificidades de cada uma. Segundo as Diretrizes de Atenção à pessoa com Síndrome de Down: “Espera-se que o cuidado integral com a saúde da pessoa com SD tenha como resultado final a manutenção da sua saúde física e mental, bem como o desenvolvimento da sua autonomia e inclusão social. Que em última análise se concretize em uma vida plena”(2002, p.50).

As crianças portadoras da Síndrome de Down, entre dois a oito anos se locomovem constantemente, por isso precisam ser conscientizadas sobre os riscos de uma possível lesão cervical, podendo ocorrer mesmo naquelas que não apresentam nenhum sintoma. Os pais e professores têm que ser avisados quanto às limitações e os riscos de lesões em todas as atividades esportivas.

Há vinte anos, metades das crianças com a síndrome eram de mães com mais de trinta e cinco anos, contudo as novas pesquisas mostram que essa quantidade caiu para 20%. Lima aponta que, de cada setecentas crianças nascidas, pelo menos uma é portadora da Síndrome de Down.

A importância da educação

A escola é importante para a criança com Síndrome de Down, pois vai propiciar a autonomia necessária à vida adulta. O papel da escola é fornecer meios para a aquisição de competências sociais, para que o Down consiga se comunicar e se socializar em diferentes grupos.

A integração deve ser alcançada na escola, pois sendo frequentada por todos os tipos de crianças, vai propiciar a socialização e a capacitação para que o portador de Síndrome de Down possa interagir com a sociedade.

O conceito de integração tem diferentes significados para as diferentes pessoas, dependendo da qualidade ou tipo de integração. A integração total significa que o aluno passa todo o horário letivo no ambiente da escola regular. O apoio de educação especial é fornecido quando preciso, na forma de auxiliares de classe, pessoal especializado adicional e currículo especial (PUESCHEL, 1993, p.184).

Portanto se o aluno está sendo atendido em sua totalidade em sala regular, a integração deve ser considerada total. Porém, se o aluno precisar de um atendimento especializado em outra sala, com recursos específicos, essa integração é vista como parcial.

A integração parcial refere-se a duas formas principais, uma das quais é o mainstreaming. Esse termo sugere que o principal ambiente educacional do aluno é a classe regular, embora o aluno passe algum tempo na classe especial, geralmente numa sala de recursos. A quantidade de tempo passado na sala de recursos é determinada por necessidades individuais, devendo haver a concordância de pais e equipe escolar ao se elaborar o programa de ensino individualizado do aluno (PUESCHEL, 1993, p.184).

Para Pueschel , a integração parcial pode acontecer também se o portador da Síndrome de Down precisar de uma sala especial, que exija grande parte do seu horário escolar, mesmo que compareça algumas vezes à sala de ensino regular. O autor sugere que, seja qual for o nível de integração, deve acontecer em uma escola do bairro do aluno, pois se as crianças especiais fossem levadas a estudar em locais diferentes de seus bairros, acabariam sendo consideradas diferentes das demais. Quando são levadas a escolas de longa distância, o intuito de socialização pode se perder, pois as crianças daquela escola não fazem parte do seu cotidiano. Para que aconteça a integração é preciso ter a união de todos.

A Integração partia do pressuposto de que as diferenças individuais representavam um obstáculo à aceitação social, daí a necessidade de diminuir a diferença entre as pessoas com deficiência e a maioria da população. Com o intuito de inseri-los na comunidade para que exercessem sua cidadania, reduzem-se os espaços segregadores e procura-se esclarecer sobre suas capacidades a fim de facilitar a incorporação na sociedade. (MARTINS, 2011, p.1).

Com a integração, teremos a inserção social, que só é possível quando há o esforço da comunidade em prol de todos, sem haver exclusões, com os direitos respeitados e o acesso preservado. Uma maneira de fazer isso é conscientizando as pessoas para os princípios de igualdade, justiça. Os pais de portadores da Síndrome de Down ficam receosos quando enviam seus filhos à escola regular, porque não querem ter seus filhos em situação vexatória. Como premissa, a criança especial deve ter direito a equidade, para que possa avançar pelo ensino de qualidade. Segundo Lima, havendo equidade vai haver mais chances de integração.

Segundo Martins, a integração começa a ser pensada a partir da Constituição de 1988, que declarou os direitos da criança especial e a inclinação para a utilização de salas regulares

Os fundamentos axiológicos de integração de pessoas portadoras de deficiência envolvem valores, normas sociais, regras da sociedade, propostas sócio-políticas e éticas, Defende-se a eliminação de qualquer prática discriminatória e todos os movimentos favoráveis aos direitos civis e aos avanços dos pensamentos referentes aos portadores de Síndrome de Down (LIMA, 2010, p.26).

O maior obstáculo aos portadores da Síndrome de Down é o preconceito, pois a discriminação deixa marcas tanto na criança quanto em seus pais, por isso necessitamos de mais informações através de todos os meios de comunicação, para que sejam gerados novos valores e que possam se livrar de rótulos e depreciações.

A psicopedagogia na inclusão

Segundo Lima, para que haja um bom andamento nas atividades em sala, garantindo o desenvolvimento da criança Down, é necessário que seja feito um planejamento.

Segundo este autor, o psicopedagogo, em seu planejamento institucional, deve prover não só momentos de socialização, mas também de participação efetiva, interdisciplinarmente, para que o aluno tenha uma boa relação social e também com a família. Segundo Martins (2011, p.3), o professor deve estar atualizado.

Frente à falta de conhecimento docente para o trabalho com a diversidade, torna-se imprescindível o estabelecimento de programas de formação que partam das necessidades do contexto educacional e pautem-se na reflexão do professor sobre sua prática. Nesta perspectiva, o psicopedagogo institucional contribui com a formação docente ao valorizar a subjetividade nos processos formativos, tomando o professor como sujeito do conhecimento, capaz de mobilizar e construir saberes..

Ainda segundo Lima, as pesquisas e divulgações sobre as particularidades das pessoas com Síndrome de Down são essenciais para sensibilizar e informar toda a sociedade, para que, futuramente, eles sejam incluídos e integrados e não depreciados.

Para ele, a criança Down não necessita de treino e, sim, de educação com equidade. Um planejamento bem feito vai proporcionar evolução na aprendizagem, acelerando o processo demorado que a Síndrome pode provocar. Como em todo o processo de ensino/aprendizagem, se faz necessário analisar qual o nível de aprendizagem em seus conhecimentos prévios, sejam observadas suas necessidades e que seja auxiliada nas resoluções das mesmas. A missão do psicopedagogo é de destituir o aluno dos rótulos para prover uma inclusão eficaz, resguardando o direito de todos.

Segundo Lima, se a instituição apresentar propostas que mostrem seu comprometimento com a educação inclusiva, vai haver ganhos para ambas as partes. O psicopedagogo tem o dever de planejar atividades e estratégias que visem afastar o fantasma da exclusão, que ajude os alunos, mas que também tranquilize os pais.

Portanto, o profissional em psicopedagogia que atua em instituições pode auxiliar a integração das crianças especiais, pois esse profissional vai analisar as melhores condições para que ocorra igualdade de oportunidades. A socialização é importante, mas não é o único intuito da escola. Retirar o aluno de um ensino especializado e colocá-lo em uma sala regular requer um planejamento constante.

O psicopedagogo deve ter sua ação coordenada com o professor, podendo ambos refletir sobre os melhores métodos para cada grupo de alunos. O trabalho do psicopedagogo não é solitário, pelo contrário, envolve interação entre todos os membros da instituição, promovendo reflexões em todos os âmbitos. A escola que não coordena as ações dos professores, além de não capacitar os docentes, levam-nos a ficar atarefados, não sabendo a quem recorrer. O psicopedagogo institucional vai poder colaborar e prover ações conjuntas com o professor, dividindo as responsabilidades.

Em relação à formação docente para inclusão, o psicopedagogo incentiva a posição ativa do professor diante do conhecimento ocasionando a valorização pela procura de respostas às queixas e preocupações mediante a reflexão teórica, ressaltando assim, a importância da pesquisa para o desempenho da função docente, sobretudo no desenvolvimento da proposta inclusiva (MARTINS, 2011, p.7).

O diálogo entre todos os profissionais que têm contato com a criança especial, mesmo os de outras áreas, propicia subsídios para potencializar o ensino. Quando o psicopedagogo propicia a transversalidade, conseguindo informações relevantes, ele pode explorar as possibilidades, levando em conta todos os pontos de vista, avaliando as intervenções e fazendo planejamentos e replanejamentos, com base nos dados colhidos. Na instituição, o trabalho do psicopedagogo inclui estar com os dados atualizados, cruzando informações. Segundo Martins (2011, p.6)

O psicopedagogo institucional, junto aos professores, poderá ajudá-los a perceberem-se como “aprendizes” e a rever seus modelos de ensinante e de aprendente para que possam desempenhar adequadamente seu papel diante desta nova realidade que demanda o abandono de práticas padronizadas e a negação da homogeneidade. A fim de promover a autonomia da instituição e as competências de seus membros, institui o trabalho coletivo e visa à geração de processos de construção de conhecimento em todos os membros da equipe escolar, valorizando a posição ativa diante do conhecimento e possibilitando que cada participante contribua com seus conhecimentos, vivências e pontos de vista.

O trabalho em equipe vai poder favorecer o andamento do processo de ensino, alavancando estratégias dentro do contexto de cada caso.

A escola é um local de transformação. A inclusão dos portadores de Síndrome de Down em salas regulares vai ajudar a iniciar esse processo, levando-o a sair do plano das ideias para a realidade.

Incluir é somar, portanto deve-se ter pensar sobre isso. Os portadores da Síndrome de Down são pessoas com necessidades especiais, por isso devem estar aconchegadas, tendo os mesmo direitos e as mesmas oportunidades, sendo integradas.

Segundo Ferreira a inclusão é fundamental porque evidencia o cumprimento das leis, integrando coletivamente, possibilitando ao sujeito viver em comunidade com dignidade, sem ser segregado e capacitando-o para uma convivência produtiva. As leis têm sido feitas para que as pessoas com deficiências tenham seus direitos garantidos.

A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao Ensino Fundamental Regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção, além disso, devem receber atendimento especializado complementar de preferência dentro da escola. A inclusão ganhou reforços com a LDB (Lei de Diretrizes de Bases da educação Nacional) de 1996 e com a Convenção da Guatemala, de 2001. Sendo assim manter crianças com algum tipo de deficiência fora do ensino regular é considerado exclusão, e crime (FERREIRA, 2009, p.3).

Assim, a escola deve ser um lugar democrático, onde as pessoas possam construir seu conhecimento e suas vivências.

Analisando a educação inclusiva, percebe-se que é um movimento que defende a evolução do processo de ensino aprendizagem e que não atende somente crianças com deficiências e sim toda parcela que sofreu exclusão.

O sujeito que recebe atendimento educacional especializado precisa ter isso como uma ação complementar e não como uma ação única ou singular, pois assim se perdem os benefícios da inclusão.

Existe a expectativa de que apenas o aluno incluso terá a oportunidade de se desenvolver, porém o coletivo também ganha com a inclusão, sendo essencial para uma relação benéfica a ambas as partes.

Embora atualmente alguns aspectos da Síndrome de Down sejam mais conhecidos e eles tenham melhores chances de vida e desenvolvimento, uma das maiores barreiras para inclusão social desses indivíduos ainda é o preconceito. Geralmente o preconceito é gerado por falta de informação, e até mesmo por insegurança por parte das pessoas, o ser humano tende a temer aquilo que não conhece. (FERREIRA, 2009, p.4)

Com a inclusão, as crianças com Síndrome de Down são integradas com naturalidade nas salas regulares de ensino. As pesquisas que estão sendo divulgadas colaboram para mostrar a capacidade que uma criança com Síndrome de Down adquire quando fica incluído, tanto acadêmica quanto socialmente.

De acordo com Mazzotta, ao longo dos tempos na história, sempre que os indivíduos portam diferenças marcantes, sendo diferentes dos demais, são vítimas de preconceito. Uma parcela da população que tem sido vitimada pelo preconceito são os que possuem transtornos de desenvolvimento, os deficientes físicos, mentais, sensoriais ou com múltiplas deficiências. Segundo Silva, as leis foram feitas no intuito de inibir esse tipo de ação dentro da escola.

O Brasil apresenta leis subsidiadas pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), que estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino. Assim, a ampla legislação brasileira contempla aspectos relevantes para o processo de inclusão, com legislações específicas (BRASIL, 2008). No ideal proposto pela legislação vigente, a educação inclusiva traz consigo, inúmeras polêmicas em torno da adequação da sua prática, pois implica em contrapor a organização escolar que até então era regida sob um paradigma tradicional. No anseio em estar acompanhando os modelos internacionais de educação inclusiva, o sistema de ensino deparou-se com entraves como a necessidade da própria mudança na sua estrutura e organização. (SILVA, 2009, p.4)

Para este autor, a escola se depara com uma situação desafiadora, que visa abranger as diversidades humanas, sem estar preparada para isso. Quando a criança com Síndrome de Down chega à escola, tendo seus direitos garantidos, não encontra amparo na qualidade, sendo distanciada das práticas ideais para que ocorra desenvolvimento. De acordo com Voivodic (apud SILVA, 2009, p.4), “[...] a inclusão no contexto escolar vem se efetivando na prática mesmo com dificuldades, antes mesmo de a legislação vigente formalizar a proposta”.

Para auxiliar o portador de Síndrome de Down a escola precisa se equipar em vários aspectos, para que ocorra a superação dos obstáculos, segundo Carvalho (apud SILVA), os aspectos a serem considerados na escola abarcam o corpo docente e discente da escola; o espaço acessível disponível; os recursos para manter um bom atendimento; o envolvimento da família e da comunidade; a filosofia utilizada; o PPP em sua construção; o modelo de ensino; os meios de avaliação, entre outros. Esse conjunto de ações deve não somente ser pensado, deve ser concretizado, garantindo assim a inclusão prevista em lei. Silva aponta que é fundamental o comprometimento com a educação de crianças portadoras de Síndrome de Down.

A perspectiva que se vislumbra é a de que as lutas pelo ideal de inclusão continuarão intensas, pois é muito longo o caminho entre o discurso e a prática. Porém, a educação inclusiva é movimentada pela ideia do novo na entrada de um outro ciclo histórico na sociedade atual, prescrevendo valores que vem de encontro aos direitos humanos, equiparação de oportunidades, as relações de acolhimento da diversidade humana, aceitação das diferenças individuais, integração e inclusão, enfim, a construção de uma sociedade inclusiva que traduza um verdadeiro Estado democrático (SILVA, 2009, p.5).

Com a implantação da inclusão, o professor ficou incumbido de também conduzir o processo de ensino aprendizagem de crianças que antes não frequentavam a escola regular, ficando com a responsabilidade de cumprir o desafio, atendendo as diversidades e sendo colocando no ponto central da questão. Com esse desafio, o professor que atende os portadores da Síndrome de Down, precisa estar atualizado, tendo uma formação que possa auxiliar as demandas da educação inclusiva. Para Silva, não basta que somente haja a atuação em dada inclusão, se torna essencial a formação continuada, com uma postura comprometida com a melhoria e a atualização constante. Para este autor, “A educação inclusiva requer profissionais com ‘talento artístico’ para dar conta das singularidades em sala de aula e assim desenvolver uma prática de reflexão na ação”. Para isso o professor teria que trabalhar utilizando seu conhecimento adquirido com a prática e o conhecimento vindo das teorias, para uma práxis.

O portador da Síndrome de Down tem seu desenvolvimento cognitivo muitas vezes comprometido por causa da sua deficiência mental, apresentando lentidão nas ações em relação às demais crianças. Com esse tipo de comportamento menos ativo, pode haver uma mudança no ambiente em que ele está inserido. O aprendiz, sendo mais lento, pode levar os portadores de Síndrome de Down a ficarem atrasados com relação aos demais alunos, o que pode acabar prejudicando as próximas aquisições. Além do atraso, o déficit de atenção do portador da Síndrome de Down pode comprometer sua participação efetiva, tanto em atividades propostas como na utilização do meio onde está inserido. A explicação desses fatores, segundo Voivodic (apud SILVA, 2009, p. 8)

Existem fatores neurológicos (redução na formação de sinapses) presentes na SD que afetam esse aspecto do desenvolvimento. No cérebro há uma série de redes neurais, que se formam a partir das experiências do indivíduo. Essas redes são flexíveis e é possível contribuir, por meio de experiências significativas, na criação de circuitos neuronais novos. Ambientes que propiciam experiências significativas podem melhorar as estruturas sinápticas. Já ambientes privados destas experiências significativas podem reduzir esse tipo de estrutura..

De acordo com Voivodic e Storer, o portador da Síndrome de Down tem a sua memória comprometida e não armazena as informações em sua memória auditiva imediata, por isso fica prejudicado o desenvolvimento da linguagem, além disso poder interferir nas noções de generalização, na elaboração de ações e conceitos.

No entanto estes autores alertam que, quando se pensa em Síndrome de Down, não podemos nos limitar a pensar somente na genética como determinante do desenvolvimento, pois a interação com o meio vai ter um papel fundamental nesse processo de aquisição. Para Silva (2009 p.8): “Assim como foi difícil a luta pela integração, quando foram criadas nas escolas salas especiais, atualmente se faz necessário um novo passo [...] olhar para as pessoas com Síndrome de Down como realmente são: pessoas de certo modo diferentes, mas com muito a contribuir”.

Para Mantoan (apud SILVA) a preocupação com a inclusão visa proporcionar qualidade de ensino dentro das salas regulares em escolas públicas e privadas, para isso as escolas devem ser equipadas para que possam atender as particularidades de cada criança inserida, não cometendo exclusões. A qualidade e o aperfeiçoamento são essenciais para o sistema escolar inclusivo.

Complementando a ideia de Mantoan (1997), o princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico (SILVA, 2009, p.9).

A autora chama a atenção para a estrutura da escola que vai integrar a criança com Síndrome de Down, citando que é preciso estar atento às mudanças e aos novos paradigmas de ensino.

Para Vygotsky (apud VOIVODIC e STORER, 2002), assim que se inicia o processo de desenvolvimento da criança, suas vivências e contatos com o ambiente começam a ter significados próprios, sendo a aprendizagem um importante fator do desenvolvimento dos processos internos desde o nascimento.

Portanto os recursos, os profissionais qualificados, um ambiente que propicie igualdade e uma interação saudável, são essenciais ao desenvolvimento dos portadores da Síndrome de Down.

Considerações

Os portadores de Síndrome de Down atualmente podem desfrutar da inclusão e ter, na figura do psicopedagogo, um auxiliar que vai facilitar a sua integração. As antigas práticas, a homogeneidade, o modelo de escola especial, estão sendo revistos para que se alcance a qualidade esperada. Ao professor ficou o compromisso de se atualizar para a integração do aluno.

Tendo em vista que os portadores de Síndrome de Down têm suas especificidades, o psicopedagogo vai se encarregar de fazer propostas que o incluam sem trazer riscos a sua saúde e bem estar, zelando pela qualidade das atividades e analisando cada conteúdo. O psicopedagogo é o profissional que vai cruzar as informações e coordenar o ensino, de forma que ele fique produtivo.

As interações proporcionadas pela diversidade devem trazer ganho a ambas as partes, pois todos os contatos são importantes e geram conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, M.M.F. *Educação Inclusiva: Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do ensino fundamental*. Disponível em: < <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31441044850.pdf> >. Acesso em 21/09/2014.

LIMA, Regina C.C de S. Lima. *A inserção dos Portadores da Síndrome de Down em Escolas Regulares*. Disponível em : < http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N203513.pdf >. Acesso em 01/09/2014.

MARTINS, Bárbara A. *Contribuições da Psicopedagogia Institucional à inclusão da criança com deficiência na escola regular*. Disponível em: < <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/FORMACAO/192-2011.pdf> > .Acesso em 05/09/2014.

Ministério da Saúde. *Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down*. Disponível em: < http://www.hc.ufpr.br/files/diretrizes_cuidados_sindrome_down.pdf >. Acesso em 01/09/2014.

PUESCHEL, Siegfried M. *Síndrome de Down: guia para pais e educadores*. São Paulo: Papirus, 1993.

SILVA, B. K. L. N. *Inclusão Escolar de uma criança com Síndrome de Down*. Disponível em: < http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2465_1462.pdf >. Acesso em 01/09/2014.

VOIVODIC M. A. M. A; STORER, M.R.S. *O desenvolvimento cognitivo das crianças com Síndrome de Down à luz das relações familiares*. Disponível em: < http://www.mackenzie.br/fileadmin/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_4_-_Numero_2/v4n2_art3.pdf >. Acesso em 30/09/2014.